

As teias epistemológicas da educação de pessoas surdas: reconhecer para incluir

Marisa Pinheiro Mourão¹, Arlete Aparecida Bertoldo Miranda²

Resumo

Este artigo foi elaborado com o objetivo de apresentar algumas considerações epistemológicas sobre a educação de pessoas surdas. Pretende-se assim, discutir questões relacionadas à práxis escolar, procurando abrir espaço para uma investigação do processo histórico de escolarização dos sujeitos surdos, analisando a importância da escola no seu desenvolvimento sociocultural para o exercício da cidadania. A pergunta que norteia a discussão deste trabalho surge a partir das considerações sobre as políticas públicas atuais da educação de surdos, que defendem uma escola inclusiva. Nesse sentido, a escola tem oferecido o mesmo conhecimento para todos, trabalhando com um currículo que respeite as diferenças e especificidades culturais e identitárias de aprendizes surdos? A partir desta questão, busca-se apresentar discussões acerca da inclusão dos surdos na escola regular, em busca de uma educação significativa e igualitária para estes sujeitos, no que tange aos procedimentos metodológicos condizentes com as suas peculiaridades.

Palavras-chave

Epistemologia. Conhecimento escolar. Educação de surdos. Inclusão.

1. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pesquisadora voluntária do Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE/UFU). E-mail: marisapmourao@yahoo.com.br

2. Professora Doutora da Universidade Federal de Uberlândia no curso de Pedagogia e no Programa de Pós Graduação em Educação. Vice-coordenadora do Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE/UFU). E-mail: arlete@ufu.br

Epistemological webs of the deaf people's education: recognize to include

Marisa Pinheiro Mourão*, Arlete Aparecida Bertoldo Miranda**

Abstract

The aim of this article is to present some epistemological considerations on the education of deaf people. This is an attempt to discuss issues related to school practice, looking for space to open an investigation of the historical process of deaf people's schooling, analyzing the importance of school in their socio-cultural development for the exercise of their citizenship. The question that guides the discussion of this article comes from public policy about considerations of current deaf education, which support an inclusive school. In this sense, has the school offered the same knowledge for all, working with a curriculum that respects the cultural differences and particularity of identities of deaf apprentices? From this issue, it is sought to present discussions about the inclusion of the deaf in regular schools, in search of a significant and equal education for these people, in regard to the methodological procedures which has to be suitable with their peculiarities.

Keywords

Epistemology. School Knowledge. Education of the Deaf People. Inclusion.

* Master Degree in Education Student (Area: Knowledge and Education Practices) of Universidade Federal de Uberlândia (UFU), voluntary research of Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE-UFU). E-mail: marisapmourao@yahoo.com.br

** Doctor Professor of Pedagogic course and Pós-Graduation Program in Education of Universidade Federal de Uberlândia, vice coordinator of Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (CEPAE-UFU). E-mail: arlete@ufu.br

As teias epistemológicas da educação de pessoas surdas: reconhecer para incluir

A educação contemporânea reflete as determinações da globalização por meio da reestruturação e reorganização da escola, condizente com as novas propostas curriculares, na definição de objetivos, conteúdos e procedimentos didáticos. Sendo assim, o momento atual pode fornecer inúmeras contribuições à pedagogia e à atividade educacional na fundamentação teórica e na construção do conhecimento escolar.

O trabalho do professor, neste contexto, requer espaços de socialização, reflexão e reconstrução do saber, voltado para as atividades profissionais do educador como cientista e pesquisador, em busca de uma maior articulação dos diferentes conhecimentos (escolar, cotidiano e científico).

A escola torna-se responsável, então, pelos desígnios de novas diretrizes para atender às mudanças exigidas pela sociedade globalizada, pois é reconhecida como potencializadora da práxis do mundo pós-moderno, fazendo parte da renovação da cultura. Entretanto, não se pode desconsiderar que, por meio de um currículo arbitrário, muitas vezes a escola oculta as distintas culturas e identidades presentes na sala de aula, ignorando o processo multicultural do mundo globalizado.

Dessa forma, pretende-se neste artigo apresentar algumas considerações sobre a epistemologia³ do conhecimento escolar dos sujeitos surdos, procurando abrir espaço para uma investigação do seu processo histórico de esco-

larização, analisando a importância da escola no seu desenvolvimento sociocultural para o exercício da cidadania.

Embora as perspectivas da pós-modernidade apresentem a escola como um sistema aberto, esta nem sempre se dispõe a manter as relações de construção e não dominação, abrindo espaço para a diversidade como um fator de enriquecimento sociocultural (ZYCH, 2003, p. 124).

Um dos maiores problemas no cenário educacional atual ocorre, devido à naturalização da diferença que permeia o olhar sobre a educação de pessoas surdas, contribuindo com a permanência de uma situação de exclusão sobre os demais, além de ficar sob a responsabilidade da escola “compensar” os déficits socioculturais que os alunos surdos geralmente trazem, por estarem em uma sociedade majoritariamente ouvinte.

É possível perceber que ainda existe a presença histórica do controle mantido por meio das relações de poder entre as pessoas consideradas “normais” pelo imaginário popular, em detrimento daquelas que são vistas a partir da sua “anormalidade”, do ponto de vista da cultura dominante.

Então, coloca-se a questão fundamental deste trabalho: considerando as políticas públicas atuais de educação de surdos, que defendem uma escola inclusiva, a escola tem oferecido o mesmo conhecimento para todos, trabalhando com um currículo que respeite as diferenças e especificidades culturais e identitárias de aprendizes surdos? Como se dá a aprendizagem escolar dos sujeitos surdos em relação à apropriação e ao desenvolvimento dos bens culturais de conhecimento?

3. Neste artigo, toma-se o significado da epistemologia como teoria do conhecimento, portadora dos elementos embaixadores da compreensão do conhecimento em sua gênese e desenvolvimento, apesar de alguns autores tomarem o conceito de epistemologia como teoria da Ciência, devido à hegemonia atribuída a mesma.

Descortinando os horizontes da educação de surdos: algumas considerações epistemológicas

As propostas educacionais destinadas ao sujeito surdo têm como objetivo maior proporcionar o desenvolvimento pleno de suas capacidades. No entanto, a maioria delas, apresenta uma série de limitações, o que não conduz a uma prática educativa de qualidade para esses sujeitos. Nesse sentido, é fundamental refletir sobre alguns aspectos da educação de surdos ao longo da história, procurando compreender seus desdobramentos e influências sobre a educação na atualidade.

Historicamente, as pessoas surdas enfrentam grandes dificuldades de inserção social que, em grande parte, são decorrentes das condições de comunicação. Restringindo estas dificuldades ao âmbito escolar, a falta de capacitação dos professores, bem como de estratégias metodológicas adequadas a um ensino que respeite as peculiaridades do sujeito surdo, constituem alguns dos principais entraves para o acesso a práticas linguísticas significativas e a sua participação efetiva na sociedade.

Durante muitos séculos não havia escolas para os surdos, pois os mesmos eram considerados incapazes e, por isso, eram excluídos da sociedade. Alguns estudos sobre a história da educação de surdos, mostraram que durante a Antiguidade, e por quase toda a Idade Média, havia uma crença de que os surdos não fossem capazes de participar do processo de ensino-aprendizagem (QUADROS, 1997; SOARES, 1999; GÓES, 1996).

Somente no início do século XVI, começou-se a admitir que os surdos podiam aprender através de procedimentos pedagógicos, sendo o propósito dos professores, ensiná-los a escrever, a falar e a compreender a língua oral. No entanto, somente os surdos pertencentes às famílias abastadas tinham acesso à educação por meio de professores particulares.

No Brasil, a educação de surdos se iniciou com a criação, em 1857, do Imperial Instituto de Surdos Mudos no Rio de Janeiro, pelo francês Ernest Huet, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. Hoje, conhecido como o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (I.N.E.S.).

De acordo com Quadros (1997), há duas fases claramente definidas na educação de surdos no Brasil e, atualmente, há uma terceira fase que se configura em um processo de transição.

A primeira fase se constitui pela educação oralista, cuja proposta teve como ápice o Congresso Internacional de Surdo, realizado em Milão, na Itália, em 1880, o qual definiu que o método oral era o mais adequado na educação do surdo. A partir desse Congresso banuiu-se completamente a utilização de sinais na educação dos surdos, enfatizando que tal prática levava a criança à acomodação. Esta filosofia educacional teve grande força no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970.

De acordo com Capovilla e Raphael (2001), o "Oralismo" é uma filosofia educacional para surdos que enfatiza abordagens para o desenvolvimento da fala e a amplificação da audição e que, rejeitam, de maneira explícita e rígida, qualquer uso da língua de sinais.

Com o passar do tempo, a filosofia educacional oralista passou a ser amplamente criticada. Conforme afirmam Quadros (1997, 2005) e Góes (1996), a mesma, ao invés de eliminar a desigualdade entre surdos e ouvintes, reduzia as possibilidades de trocas sociais e de desenvolvimento linguístico e cognitivo dos surdos.

Com o fracasso do Oralismo, surge uma nova filosofia educacional: a "Comunicação Total", que consiste, na visão de Dorziat (1997), em um método de aprendizagem de comunicação baseado na Língua Portuguesa simultaneamente à Língua Brasileira de Sinais (FREEMAN, CARBIN E BOESE, 1999). Esses autores definem a Comunicação Total da seguinte forma:

A Comunicação Total inclui todo o espectro dos modos lingüísticos: gestos criados pelas crianças, língua de sinais, fala, leitura oro-facial, alfabeto manual, leitura e escrita. A Comunicação Total incorpora o desenvolvimento de quaisquer restos de audição para a melhoria das habilidades de fala ou de leitura oro-facial, através de uso constante, por um longo período de tempo, de aparelhos auditivos individuais e/ou sistemas de alta fidelidade para amplificação em grupo (FREEMAN, CARBIN e BOESE, 1999, p.171).

Sanches (1990) e Dorziat (1997) apontam que o grande problema dessa filosofia é a mistura de duas línguas - a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais -, o que resulta numa terceira modalidade: o português sinalizado, onde ocorre a introdução de elementos gramaticais de uma língua na outra. Essa prática recebe, também, o nome de "Bimodalismo"⁴ e inviabiliza o uso adequado da língua de sinais na sua estrutura própria.

Segundo Quadros (1997), essas duas primeiras fases caracterizam a maior parte da educação dos surdos no Brasil. Embora, ainda hoje, em algumas escolas exista a utilização "disfarçada" do Oralismo e da Comunicação Total.

Atualmente, já se percebe em instituições, anteriormente comprometidas com uma visão oralista e bimodalista, uma maior abertura para a utilização da língua de sinais em seus espaços, apoiadas em trabalhos educacionais bilíngües, os quais postulam a Língua de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua. Para Quadros (1997), a utilização dessa filosofia se configura em uma terceira fase.

Quadros (1997, 2005) defende que o Bilingüismo é uma proposta de ensino que considera a Língua de Sinais como língua natu-

ral da criança surda, ou seja, como sua primeira língua, que deve ser aprendida o mais cedo possível, e a Língua Portuguesa escrita como língua de acesso ao conhecimento, que deve ser ensinada a partir da Língua de Sinais.

Entretanto, o Bilingüismo pressupõe uma adjetivação incompleta, pois não inclui, de acordo com Sá (2006), a questão das culturas envolvidas, das identidades surdas, das lutas por poderes, saberes e territórios e, finalmente, nada deixa definido quanto às políticas para as diferenças.

A referida proposta não trata apenas de uma transposição de código de uma língua para outra, pois as duas línguas, a Língua Portuguesa e a de Sinais, possuem bases originárias distintas, princípios e regras gramaticais diferenciadas: a de Sinais possui uma natureza visual-gestual e a Portuguesa, oral-auditiva. Assim, a proposta educacional bilíngüe demanda conhecimentos específicos e diferenciados para ensinar essas duas línguas, necessitando também da adequação do ambiente às formas particulares de processamento comunicativo, cognitivo, lingüístico dos surdos e do seu desenvolvimento socioemocional íntegro.

A filosofia educacional bilíngüe requer também a consideração de um contexto multicultural, reconhecendo as diferenças culturais e as identidades plurais que perfazem a sociedade, buscando uma integração das mesmas sem sobrepor uma à outra. Segundo Sá (2006), uma educação bilíngüe que não seja embasada em uma perspectiva multicultural corre o risco de valorizar a questão lingüística e esquecer todos os demais aspectos inter-relacionados.

Assim, destaca-se que a educação das pessoas surdas atualmente ainda requer muitos investimentos científicos, tecnológicos e humanos para que esta possa assumir, de fato, o que

4 O Bimodalismo consiste no uso simultâneo de sinais e da fala, obedecendo à estrutura da língua oral. Essa proposta é criticada por Quadros (1997, p. 24), que explica que "não é possível efetuar a transliteração de uma língua falada em sinal palavra por palavra ou frase por frase - as estruturas são essencialmente diferentes", e por Góes (1996), que acredita que o bimodalismo desconsidera a língua de sinais e sua riqueza estrutural e desestrutura também o português.

se propõe: a escolarização desse grupo de pessoas para que elas possam exercitar seus direitos e deveres enquanto cidadãos brasileiros. Nessa perspectiva, não há preocupação em negar as diferenças, mas fazer com que o surdo assuma o seu papel enquanto cidadão, com condições de participar ativamente da sociedade.

Atualmente, pode-se perceber que, após décadas de discursos e práticas educacionais de reabilitação e normalização, nos últimos anos houve um movimento de resgate e afirmação da cultura e identidades surdas. É notável o crescimento da consciência dos surdos em busca do reconhecimento da sua identidade, sua cultura e seus direitos.

Na Lei Federal nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, os surdos conseguiram respaldo jurídico, e a Língua Brasileira de Sinais (Libras⁵), foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda do Brasil.

Com a aprovação do Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436 supracitada, os surdos conquistaram o direito de ter a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia. Ainda nessa lei, foi determinado às empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade de capacitação de 5% de seus servidores para o uso e interpretação da Libras.

Contudo, a lei nº 10.436 deixa claro em parágrafo único que “a Língua Brasileira de Sinais não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. Assim sendo, deve ser proporcionado aos alunos surdos um ensino bilíngüe, que considere a Língua de Sinais como a língua natural dos surdos e a Língua Portuguesa como sua segunda língua.

A partir desta contextualização histórica

sobre a educação dos surdos, o momento atual apresenta uma iminente necessidade de se propor uma reflexão sobre as características do surdo e suas necessidades educacionais.

Os surdos precisam ser incluídos na escola regular, mas com qualidade, no que se refere ao respeito à sua língua e aos procedimentos metodológicos condizentes com suas peculiaridades, objetivando a uma aprendizagem significativa para estes sujeitos.

Ao contrário do que foi pensando por tantos séculos, a surdez não implica obrigatoriamente em prejuízo ou limitação intelectual, psicológica e/ou física, muito menos em desvio de conduta. Segundo Góes (1996), não há limitações cognitivas ou afetivas inerentes à surdez, tudo depende das possibilidades oferecidas pela família para o seu desenvolvimento e comunicação.

O atual contexto de mudanças paradigmáticas interfere diretamente na vida social e educacional das pessoas surdas. O trabalho escolar com a diversidade, a partir das peculiaridades de cada indivíduo, requer que a práxis pedagógica seja abordada a partir de uma atitude dialética, o qual pressupõe a participação de todos os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a escola precisa estar aberta ao diálogo e apta a atender às sugestões de seus educandos, oferecendo um maior número de alternativas para construção do conhecimento significativo.

Esta postura exige que a escola esteja comprometida com a reconstrução histórica dos surdos e aberta à sua produção intelectual. Partindo do princípio que o conhecimento não é uma tarefa de um indivíduo isolado, mas inserido com todos no processo participativo. “Se a escola oferecer aos surdos os instrumentos necessários à sua comunicação, seu potencial intelectual não será apenas preservado, mas seletamente estimulado” (ZICH, 2003, p. 122).

5. De acordo com Secretaria de Educação Especial (1997), a Língua Brasileira de Sinais tem regras gramaticais diferenciadas do português, mas também é composta pelos níveis lingüísticos: fonológico, morfológico, sintático e semântico. A comunicação em Libras se dá através do movimento das mãos, expressões faciais e movimentos do corpo.

Para que isso aconteça, é necessário, além de incluir os surdos nas salas de aulas regulares, garantir a estes sujeitos o ingresso e a permanência na escola com qualidade educacional, promovendo uma educação significativa, o que requer uma aprendizagem em condições iguais a de alunos ouvintes.

Em grande parte das escolas brasileiras que possuem alunos surdos, não há a atuação de intérpretes em salas de aula e, muito menos, de professores regentes que dominem a Libras. Além disso, mesmo que exista a presença do profissional intérprete na sala de aula, este não possui formação pedagógica específica nos conteúdos e/ou disciplinas que interpreta.

Por sua vez, os professores sem fundamentação teórica e prática, se sentem vulneráveis quanto aos instrumentos didáticos apropriados ao ensino e à aprendizagem desses alunos. Diante desta realidade, é necessário que os professores que recebem alunos surdos aprendam a Libras para garantir condições mínimas ao aprendizado, partindo da premissa básica, que não há como ensinar sem que exista uma comunicação entre o aluno e o professor.

De acordo com Sá (2006), quando se opta por utilizar a Libras como primeira língua no processo educativo dos surdos, necessita-se entender que tal postura altera toda a organização escolar, os objetivos pedagógicos e a participação da comunidade surda no processo escolar.

Em diversas propostas curriculares pode-se perceber a definição de objetivos que visam à formação de um “cidadão crítico e reflexivo”, conforme Libâneo (1998) explica: “Uma das tarefas da escola é a de formar um cidadão-trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la”. Mas a escola está realmente oferecendo uma formação crítica e reflexiva aos sujeitos surdos?

Ribeiro (2006) questiona até que ponto as condições de trabalho contribuem para o desenvolvimento de uma prática pedagógica que possibilite a formação de um cidadão com instrumentos para compreender e cooperar na

transformação social. E no caso dos surdos, como garantir a compreensão de uma informação que, na maior parte das vezes, não lhes é apresentada na sua língua natural?

O saber só é cultural na medida em que aparece para a criança como criação humana e social. Isso quer dizer que, o saber não poderia ser ensinado sem que, ao mesmo tempo, se ressaltassem sua significação humana e social e seu modo de elaboração humano e social. (CHARLOT, 1979, p. 280).

Dessa forma, a mediação didática não deve afastar o aluno do seu cotidiano, mas sim reconsiderar criticamente esse cotidiano e, além disso, buscar relacioná-lo com o conhecimento científico. Se o surdo não vê significado no que lê, não conseguirá fazer uma articulação com sua realidade, pois a leitura só se torna importante na medida em que é assumida pelo sujeito. O pensamento em si não existe no livro, mas nas interpretações do sujeito pensante.

Nesse sentido, a tomada de consciência do próprio processo de desenvolvimento pelo sujeito surdo, assim como por qualquer sujeito, se constituirá na busca pela informação e, o conhecimento representa as condições existenciais em busca de uma força desencadeadora de estímulos para o aperfeiçoamento pessoal.

Com base nos fundamentos de Marx e Engels (1979), o homem elabora seu conhecimento na integração entre práxis e consciência. Sendo assim, o agir dos homens constrói a sua própria história e por meio deste agir consciente, os homens vão desenvolvendo uma relação social com o mundo e com os indivíduos que os cercam.

Portanto, a escola concebida como um organismo sociocultural vivo, coletivo, integrador e transformador, como um contexto de articulações contínuas, possui um conteúdo gerador, que permite que o surdo, por meio de variados contatos, perceba o outro com a própria singularidade e consiga perceber-se como pessoa

pertencente ao universo coletivo (ZICH, 2003 p. 126).

Diante do exposto, é fundamental que essas discussões sejam levantadas ao se pensar em uma proposta de educação para todos por meio da escola inclusiva que tem por base o respeito às diferenças, a democratização do ensino e a igualdade de oportunidade para todos.

O trabalho com alunos surdos necessita de que suas diferenças sejam consideradas para dar-lhes o espaço para a sua realização emocional, cognitiva, social e lingüística. No entanto, trabalhar as diferenças não significa negá-las. A diferença lingüística dos surdos é a sua identidade e não se resolverá o problema da educação desses aprendizes, afirmando que todos são iguais. Isso porque, se considerarmos as particularidades pertinentes a cada indivíduo, ficará fácil entender que o processo de ensino-aprendizagem de iguais não existe. É necessário então, evitar a pseudo-igualdade que oculta a incapacidade de trabalhar adequadamente com as diferenças desses sujeitos.

A inclusão que aqui se almeja é aquela que compreende o acesso igualitário ao conteúdo curricular. Na visão de Sá (2006), não se trata apenas de aceitar a Língua de Sinais, mas de viabilizá-la, pois todo trabalho pedagógico de desenvolvimento cognitivo deve considerar a aquisição de uma primeira língua natural. De outra forma, como a criança estabelecerá contato com o mundo de representações que a cerca? Como tecerá suas próprias significações?

De acordo com Sacks (1990), as crianças surdas precisam ser postas primeiramente em contato com pessoas fluentes na Língua de Sinais, sejam seus pais, professores ou outros. Assim que a comunicação por sinais for aprendida, tudo então pode decorrer: livre intercuro de pensamento, livre fluxo de informações, aprendizado na leitura e escrita e, talvez, da fala. O desenvolvimento da língua natural por parte dos surdos será a base para a aquisição de uma segunda língua, pois esta lhe dará as

condições necessárias para o desenvolvimento de sua cognição, de sua auto-estima e de sua identidade.

Ao invés de reduzir informações e conteúdos, ou de apenas interpretá-los da linguagem oral para a Língua de Sinais, a escola deveria oportunizar aos sujeitos surdos o acesso igualitário a esses conhecimentos a fim de dar aos mesmos, a oportunidade de construir seus próprios significados.

De acordo com Dorziat (1999), é preciso abrir espaço para uma epistemologia da surdez que trate ensino, desenvolvimento humano, sociedade e língua, como a imbricação de várias áreas do conhecimento, embora preservando suas especificidades que fazem desse um conhecimento único e intransferível.

Assim, enfoca-se a necessidade de transformação do currículo e da formação docente, que levem a um conhecimento escolar que respeite e trabalhe com as diferenças dos surdos a partir de suas especificidades lingüísticas, identitárias e socioculturais, determinadas por uma cultura e não pela própria diferença sensorial.

No entanto, apenas ter a consciência da transformação não é suficiente para habilitar os professores e instrumentalizá-los para o agir na prática. Para isso, são necessários investimentos na formação acadêmica inicial e continuada desses profissionais, para que os mesmos consigam desempenhar o seu trabalho junto aos aprendizes surdos munidos de conhecimentos teóricos e práticos, a começar pelo aprendizado da língua de sinais.

A dificuldade em contemplar as diferenças na prática pedagógica indica a real necessidade de reformulação na formação do profissional de educação. O espaço e o currículo escolar devem ser capazes de propiciar a todos um ambiente de construção do conhecimento que respeite as diferenças.

Para isso, torna-se necessário o desenvolvimento de ações que contribuam com a formação de profissionais capazes de trabalhar com a diversidade humana. No entanto, o que se per-

cebe é que as políticas públicas ainda não têm oferecido ações preocupadas com as condições de trabalho dos professores e com a estrutura e organização da escola, de forma a favorecer o ensino e aprendizagem de todos.

É necessário então, viabilizar o desejo dos surdos de construir saberes, identidades e culturas a partir da sua língua natural e da língua oficial do seu país. Isso significa que a Língua de Sinais deve permear todo trabalho pedagógico dirigido aos surdos, pois é a partir desta, que o sujeito surdo estabelecerá contato com o mundo de representações que o cerca e construirá suas próprias significações.

O conhecimento escolar pode ajudar os sujeitos surdos a ampliar as suas ferramentas de atuação sobre suas vidas e, conseqüentemente, sobre a sociedade. Nessa perspectiva, não há preocupação em negar as diferenças, mas fazer com que o surdo assuma o seu papel enquanto cidadão, com condições de participar ativamente

da sociedade.

Ainda existem muitas barreiras para a consolidação de uma educação inclusiva e igualitária para os surdos. Entretanto, estas estão sendo aos poucos minimizadas mediante as conquistas desse grupo de aprendizes.

Tendo em vista a importância da escola na produção do conhecimento e formação dos sujeitos, os alunos surdos não podem ficar à margem do processo educativo, pois o ser humano se constitui como sujeito nas relações sociais e nas experiências compartilhadas.

Assim, o maior desafio para se obter uma educação significativa para esses sujeitos, consiste na efetivação de propostas que garantam a formação permanente de professores especializados e uma produção acadêmica que possa dar sustentação à prática educativa, considerando a relação entre as pessoas de forma interdependente e complementar.

Referências

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. (Org) Giuseppe Rinaldi et al. **Deficiência auditiva**. Série Atualidades Pedagógicas, n. 4. Brasília: SEESP, 1997.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira**, v. 1: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DORZIAT, Ana. Bilingüismo e surdez: para além de uma visão lingüística e metodológica. In SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

_____. **Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica**. In: Brasil. Secretaria de Educação Especial Deficiência Auditiva. RINALDI, Giuseppe. (Org). Brasília: SEESP, 1997a. p. 299-308.

FREMAN, Roger D.; CARBIN, Clifton F.; BOESE, Robert J. **Seu filho não escuta?** um guia para todos que lidam com crianças surdas. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

GÖES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação.** Campinas: Autores Associados, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

QUADROS, Ronice Miller. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. O 'BI' em bilingüismo na educação de surdos. In: E. FERNANDES. (Org.). **Surdez e bilingüismo.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

RIBEIRO, José Martins. **O conhecimento escolar no ensino básico:** retomando algumas questões. Disponível em <<http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/165/31/>>. Acesso em: 20 jan. 08.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, poder e educação de surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, O. **Vendo vozes:** Uma jornada pelo mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 1999.

ZICH, Anízia da Costa. **Reflexão sobre a educação escolar dos surdos.** v. 4, n. 2. Guarapuava: [s.n.], 2003, p. 121-126.

A evolução da enfermagem e o processo saúde-doença no Brasil

Natália Rodrigues Ruben¹

Resumo

O presente trabalho faz uma descrição do processo de evolução da Enfermagem no Brasil, juntamente com o processo saúde-doença. As fases analisadas foram divididas em três períodos de acordo com a evolução da Enfermagem. São eles: organização da profissão sob controle de ordens religiosas; desenvolvimento da educação institucional e das práticas de saúde pública; o processo de profissionalização da Enfermagem até os dias atuais. Todos esses períodos foram analisados juntamente com os acontecimentos históricos ocorridos ao longo dos anos no Brasil. Dessa forma, foi realizado um paralelo dos acontecimentos relevantes do processo saúde-doença, juntamente com os fatos ocorridos na história da Enfermagem no Brasil.

Palavras-chave

Enfermagem. Processo saúde-doença.

1. Graduada em Enfermagem, cursando Especialização em Terapia Intensiva. E-mail: nataliaruben@yahoo.com.br

The evolution of nursing and health-disease process in Brazil

Natália Rodrigues Ruben*

Abstract

This work is a description of the process of evolution of Nursing in Brazil along with the health-disease. The examined stages were divided into three periods in accordance with the evolution of Nursing. They are: organization of the profession under control of religious orders; institutional development of education and practice of public health, the process of professionalization of Nursing until the present day. All these periods were analyzed together with the historical events that occurred over the years in Brazil. And this way was made a parallel of the relevant events to the health-disease along with the facts that occurred in the history of Nursing in Brazil.

Keywords

Nursing. Health disease process.

* Graduated in Nursing, student in Specialize intensive Therapy degree. E-mail: nataliaruben@yahoo.com.br

Introdução

A idéia de desenvolver o presente trabalho ocorreu-me ao longo dos anos que cursei a Graduação em Enfermagem na Universidade Federal de Uberlândia.

Na faculdade, pude perceber que a Enfermagem possui uma imensa flexibilidade, atuando mais fortemente ora na área hospitalar, ora na área de saúde coletiva, além de diversas outras áreas de atuação na saúde.

Ao analisarmos a história da evolução da Enfermagem no país, podemos notar que ela caminhou junto às mudanças político-sociais que ocorreram no Brasil. Sendo assim, fica claro que a evolução da Enfermagem está diretamente relacionada ao contexto em que está inserida.

Portanto, sendo a Enfermagem uma ciência que passa por constantes transformações, a meu ver, torna-se fundamental que o enfermeiro tenha conhecimento da evolução da história de sua profissão, devendo também compreender o porquê dessas mudanças ocorrerem e como elas acabam influenciando a sua vida profissional.

De acordo com Geovanini (2005), no Brasil, podemos analisar a história da Enfermagem em três períodos. O primeiro refere-se à organização da Enfermagem sob controle de ordens religiosas; o segundo, pelo desenvolvimento da educação institucional e das práticas de saúde pública; e o terceiro corresponde ao processo de profissionalização da Enfermagem.

Vale ressaltar que, no século passado, o sistema de saúde transitou de sanitarismo campanhista (do início do século até 1965) para o modelo médico-assistencial privatista, até chegar, no final dos anos 80, ao modelo plural, hoje vigente, que institui como sistema público, o SUS (MENDES, 1999).

O modelo de assistência hegemônico tem reiterado a formação e capacitação de recursos humanos para atender ao mercado tecnicista, porém há projetos inovadores que articulam ensino, serviços e a comunidade e que servem

de exemplo e de incentivo para o fortalecimento de forças políticas para a implantação do SUS, para a construção de um novo paradigma para a saúde e, conseqüentemente, para a Enfermagem (GALLEGUILLO e OLIVEIRA, 2001).

Corroboro com Potter e Perry (2006) que afirmam que “as raízes históricas da Enfermagem permitem que os estudantes e profissionais se preparem para as necessidades do cuidado à saúde do século XXI”.

Todo o contexto acima não respondeu às minhas inquietações e é nesta direção que desenvolvi este estudo, através de referencial teórico, e fiz os seguintes questionamentos:

- Será que a evolução da Enfermagem no Brasil relaciona e descreve o processo saúde e doença?
- Como ocorreu essa evolução no cotidiano da Enfermagem?
- Será que a Enfermagem foi sempre hospitalocêntrica ou se direciona em alguns momentos para o coletivismo, para a área preventiva?

Desde as primeiras manifestações da existência da Enfermagem no Brasil, podemos notar que ela se modificou de acordo com o momento histórico pelo qual o país passava. Para os enfermeiros, é de fundamental importância ter conhecimento da história de sua profissão, já que esse entendimento torna possível que cada profissional entenda as origens sociais e intelectuais da disciplina.

Foi nesse sentido que desenvolvi um paralelo da evolução da Enfermagem com o processo de saúde-doença do país.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é descrever e relacionar a evolução da Enfermagem no Brasil com o processo saúde-doença que se desenvolveu ao longo dos anos no país, ressaltando

a flexibilidade da Enfermagem de se voltar, ora para o modelo hospitalar, ora para a saúde coletiva.

Metodologia

Esta pesquisa baseou-se em artigos científicos de revistas e jornais, publicados ao longo dos anos, além de livros sobre SUS, Enfermagem, aulas ministradas ao longo dos anos de faculdade, entre outros, a fim de observar fatores contribuintes para o esclarecimento do tema proposto.

Foi realizada uma análise da história da Enfermagem, considerando sua evolução ao longo dos anos, enfocando principalmente o desenvolvimento da profissão no Brasil e ressaltando sua capacidade de se adaptar aos diversos momentos da história do país. Ênfase também foi dada à história de saúde-doença no Brasil.

Após a realização das pesquisas teórica e bibliográfica, foi empregado o método histórico e aplicadas as técnicas de análise textual, temática e interpretativa da pesquisa.

Na análise textual, trabalhamos sobre unidades delimitadas do tema, através de uma leitura dinâmica e atenta para se adquirir uma visão de conjunto da mesma, levantando esclarecimentos relativos aos autores, aos fatos, vocabulário específico, elementos que forem importantes para a compreensão da mensagem.

Quanto à temática da pesquisa, cumpriu-se realizar uma análise do tema do presente trabalho, através de sua idéia central e idéias secundárias.

E, por fim, na análise interpretativa, procurou-se estabelecer um parâmetro entre os fatos citados pelos diversos autores.

Referencial teórico

De acordo com a American Nurse Association (2007), a Enfermagem é a proteção, promoção e otimização da saúde e capacidades, prevenção das doenças e danos, alívio do sofrimento

através do diagnóstico e tratamento da resposta humana, é defender o cuidar dos indivíduos, famílias, comunidades e populações.

Segundo Potter e Perry (2006), "como uma ciência, a Enfermagem está fundamentada em um conjunto de conhecimentos que está sempre mudando em virtude de novas descobertas e inovações". Ressaltam, ainda, que é de fundamental importância que os enfermeiros tenham conhecimento da história de sua profissão, já que esse entendimento torna possível que cada profissional entenda as origens sociais e intelectuais da disciplina.

Para Potter e Perry (2006):

com a atuação de Florence Nightingale, juntamente com sua equipe na guerra da Criméia, na metade do século XIX deu-se início a Enfermagem como uma profissão. Florence Nightingale, fundadora da Enfermagem moderna, estabeleceu o primeiro princípio da Enfermagem com base na manutenção e recuperação da saúde (POTTER e PERRY, 2006).

Segundo Geovanini (2005), a história da Enfermagem no Brasil é analisada utilizando-se critérios de periodização, segundo os quais o desenvolvimento da Enfermagem latino-americana considera três fases principais: a organização da Enfermagem na sociedade brasileira, o desenvolvimento da educação em Enfermagem no Brasil e a Enfermagem no Brasil moderno.

A organização da Enfermagem na sociedade brasileira compreende desde o período colonial até o final do século XIX" (GEOVANINI, 2005). O autor afirma ainda que as primeiras manifestações de assistência aos doentes, após a colonização, foram realizadas pelos padres jesuítas que aqui vieram em caráter missionário, para assumir a tarefa de doutrinação cristã da população colonial. A rede missionária logo se difundiu.

O segundo período da história da Enfermagem no Brasil consiste no desenvolvimento da educação em Enfermagem, que começa no final do século XIX, estendendo-se até o começo da Segunda Guerra Mundial e caracteriza o de-

envolvimento da educação em Enfermagem, de acordo com o movimento de secularização da atenção à saúde.

O mesmo autor ressalta, ainda, que a questão de saúde no Brasil passa a ser relevante para o governo a partir do momento em que as doenças infecto-contagiosas, que chegavam com a população européia e escravos africanos, passa a ser um problema econômico-social, já que poderiam resultar em epidemias e endemias no país, as mesmas acabariam afetando a economia brasileira.

O combate às epidemias tornaram-se prioridades sanitária e política. A vertente de interpretação do processo saúde-doença predominante na época foi o Higienismo, caracterizado pelas campanhas que tinham como objetivo o saneamento ambiental e o controle de doenças que afetavam a atividade econômica (GALLEGUILLOS E OLIVEIRA, 2001).

Para deter essa escalada que ameaçava a expansão comercial brasileira, o governo, sob pressões externas, assume a assistência à saúde com a criação de serviços públicos, a vigilância e o controle mais eficaz sobre os portos, inclusive estabelecendo quarentena (GEOVANINI, 2005).

Geovanini (2005) menciona também a questão sobre a formação de pessoal de Enfermagem, que seriam destinados inicialmente aos hospitais civis e militares e, posteriormente, às atividades de saúde pública e principiou com a criação, pelo governo, da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, no Rio de Janeiro, junto ao Hospital Nacional de Alienados do Ministério dos Negócios do Interior. Esta escola, que é de fato a primeira escola de Enfermagem brasileira, foi criada pelo Decreto Federal 791, de 27 de setembro de 1890, e denomina-se hoje Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pertencente à Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Embora houvesse a necessidade de formação de enfermeiros nos moldes da saúde

pública, o curso, na época, valorizava a formação hospitalar, a maioria das pessoas formadas era moldada para atuar na área hospitalar.

E nessa conjuntura, a Fundação Rockfeller patrocina o projeto de organização do serviço de Enfermagem de saúde pública, no Brasil, sob a orientação de enfermeiras norte-americanas (GEOVANINI, 2005).

Essas enfermeiras norte-americanas eram formadas no sistema “nightingueliano”, e foram oferecidas para o Brasil pelo governo americano. No Brasil, organizou-se, em 1923, a escola de Enfermagem Ana Nery. A fundação dessa escola foi marcante para redirecionar a profissionalização da Enfermagem, gerando alto desenvolvimento para a profissão.

Nesse período, vamos encontrar a Enfermagem profissional voltada prioritariamente para a área de ensino e saúde pública, enquanto nos hospitais predomina a prática leiga e subserviente da Enfermagem, desenvolvida por religiosas (GEOVANINI, 2005).

Ainda de acordo com o autor, o terceiro momento da Enfermagem no Brasil consiste na Enfermagem moderna, que tem início com a Segunda Guerra Mundial e atinge os dias de hoje.

Devido ao processo de industrialização que ocorreu no país, houve um intenso êxodo rural, resultando nos aglomerados de pessoas. Surge, então, a necessidade de se evitar que doenças se disseminem entre a população, que consistia na mão de obra do país.

Assim sendo,

com base no pressuposto e pressionada pelos movimentos dos trabalhadores em defesa de seus direitos, a ordem do sistema de saúde sofreu expansões e modificações diversas, de acordo com a conjuntura pública e econômica que se expressava em cada momento (GEOVANINI, 2005).

A indústria vinha se desenvolvendo e, jun-

to a isso, houve também um grande avanço em tecnologia hospitalar e na indústria farmacêutica, levando a um sobressalto da medicina curativa, ou seja, hospitalar.

Geovanini (2005) ressalta que

identifica-se ainda, como fator importante na mudança de rumo da Enfermagem brasileira e na desordenada expansão de seu pessoal, a reorganização da Previdência Social, a partir da década de 50. Determinada pela emergência da atenção médica individual exigida pelos trabalhadores, essa organização reforçou a política de saúde médico-hospitalar e relegou a saúde pública a uma posição secundária.

Diante dessa situação, os currículos dos cursos de graduação em Enfermagem passam a enfatizar não mais a saúde pública, e sim a assistência curativa. O número de cursos para formação de atendentes, técnicos e auxiliares aumenta, já que o sistema privado, visando a diminuir gastos, passa a contratar essa (mão-de-obra) que é mais barata.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil passa por muitas mudanças políticas e sociais que, conseqüentemente, afetam o quadro de saúde do país. “A crescente demanda do setor previdenciário e a discordância verificada entre as prioridades de saúde da população e as ações efetivadas, geraram a crise na esfera da saúde nesse período (GEOVANINI, 2005)”.

A partir de 1975, um modelo foi definido, através da Lei 6.229 do Sistema de Saúde. Esta lei legitimou a pluralidade institucional no setor e identificou a Previdência Social como responsável pela assistência individual e curativa e o Ministério da Saúde, por intermédio das Secretarias, pelos cuidados preventivos e de alcance coletivo, acarretando uma divisão entre ações tecnicamente indivisíveis.

Uma nova política de saúde é proposta em 1978, em Alma-Ata. Haveria, a partir de então, uma atenção primária de saúde e também uma assistência curativista e de reabilitação.

Geovanini (2005) observa que

a sofisticação do ato médico forçou a crescente especialização na área, exigindo, cada vez mais, habilidades diferenciadas dos demais trabalhadores da saúde, multiplicando-se, assim, os cursos de especialização de um modo geral e, em particular, na Enfermagem (GEOVANINI, 2005).

Afirma ainda que, na década de 80, ocorreram alguns avanços para a Enfermagem, como a aprovação de Lei 7.498, em julho de 1986, e que essa lei trouxe novas disposições sobre a regulamentação do exercício profissional, reconhecendo as categorias de enfermeiro, técnico de Enfermagem, auxiliar de Enfermagem e parteira:

o Programa de Ações Integradas de Saúde, através da estratégia de integração pragmática, entre as instituições de níveis federal, estadual e municipal, objetivava a melhoria da qualidade da assistência, tendo como linhas principais a universalização, descentralização e hierarquização dos serviços; racionalização dos recursos e aumento da produtividade; reorientação da política de recursos humanos; valorização das atividades básicas e reconhecimento da participação popular. Essas diretrizes institucionais racionalizadas pactuam com a ideologia e com as práticas do movimento de Reforma Sanitária e do SUS incorporado à nova constituição (GEOVANINI, 2005).

Galleguillos e Oliveira (2001) mencionam que, em 1986, na VIII Conferência Nacional de Saúde, discutiram-se os temas: saúde como direito, reformulação do sistema nacional de saúde e financiamento setorial. Evidenciou-se a necessidade de reforma administrativa e financeira, da ampliação do conceito de saúde, do fortalecimento do setor público e da constituição de orçamento social. Assim, definiu-se um programa para a reforma sanitária e propôs-se a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como diretrizes a universalidade, a integralidade das ações e a participação social.

Dessa forma, a VIII Conferência Nacional

de Saúde foi de fundamental importância para o Brasil, impulsionando mudanças significativas nas questões de saúde do país. As Leis 8.080 e 8.142, ambas de 1990, na realidade, foram regulamentadoras do texto constitucional, assim como as normas operacionais que se seguiram.

A lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (BRASIL, 2007).

Por intermédio do SUS, todos os cidadãos têm direito a consultas, exames, internações e tratamentos nas unidades de saúde vinculadas, sejam públicas (das esferas municipal, estadual e federal), ou privadas, contratadas pelo gestor público de saúde (BRASIL, 2007).

O SUS é destinado a todos os cidadãos e financiado com arrecadações de impostos e contribuições sociais pagos pela população. O sistema se propõe a promover a saúde, priorizando as ações preventivas, democratizando as informações relevantes para que a população conheça seus direitos e os riscos à sua saúde (BRASIL, 2007).

A ampliação do campo das ações básicas de saúde renova a esperança de ver o novo coletivo da Enfermagem brasileira revisitando e refazendo os cuidados que presta à nossa sociedade a partir de um novo referencial: a defesa da qualidade de vida e saúde, como direito universal e equânime dos cidadãos (ANTUNES e EGRY, 2001).

Os enfermeiros e enfermeiras brasileiros foram peças fundamentais na implantação do Programa da Saúde e da Família e no Programa de Agentes Comunitários da Saúde, implantação esta tanto municipal e estadual quanto federal. Sendo esses profissionais colaboradores com as políticas governamentais.

Assim sendo, fica claro como é importante

que os enfermeiros tenham conhecimento do funcionamento do modelo de saúde do Brasil. Ressaltando aqui a importância da sua atuação na saúde pública, já que a Enfermagem atua ativamente na rede básica de saúde do SUS.

Dentre as investidas operacionalizadas por alguns enfermeiros em prol da saúde coletiva, podemos destacar aquelas em que o enfermeiro assume seu papel por meio da Consulta de Enfermagem em uma determinada região ou comunidade, servindo de mediador entre esta e o sistema local de serviços de saúde, atuando com tecnologia simplificada e de baixo custo e tendo como foco principal a educação em saúde com ênfase no autocuidado (GEOVANINI, 2005).

Nesse sentido, a Enfermagem está diretamente ligada à sociedade em que está inserida, ao desenvolvimento das práticas de saúde e, assim, associada às estruturas sociais das diferentes nações em épocas diversas. Cada período histórico tem uma conformação e necessidades diferentes. Sendo a Enfermagem uma profissão “flexível”, que possui a possibilidade grande de se voltar para a área curativista e a área preventiva, de acordo com a necessidade da comunidade em que está inserida.

Considerações finais

A Enfermagem é definida como a arte de cuidar, de assistir o ser humano em seus aspectos físicos, mentais e sociais e, há muitos anos, vem sendo praticada, mesmo antes de ser considerada uma ciência, quando ainda não era baseada em fatos científicos e teóricos, já que o cuidado é algo que é inerente à própria condição de sobrevivência do ser humano.

A Enfermagem, como uma profissão de saúde e um importante componente do sistema de oferta de cuidado de saúde, é muito afetada por mudanças na indústria de cuidados de saúde. Além disso, a Enfermagem foi e continuará a ser

uma importante força na modelagem do futuro do sistema de cuidados de saúde (BRUNNER e SUDDARTH, 2006).

Fato confirmado por Barreira (1999) ao referir que

uma melhor compreensão da trajetória da nossa profissão, necessária à formação de uma consciência crítica, além do conhecimento da história da Enfermagem brasileira, que faz parte da cultura profissional de cada qual, depende também do interesse e da consciência que nós, mulheres e homens de algum modo envolvidos, tivermos das relações passado/presente, o que faz com que valorizemos nossos papéis históricos, como observadores atentos dos sinais de nossa época, como pessoa que nos empenhamos em formar uma opinião esclarecida, como atores que participam do movimento da história e como estudiosos que pretendem contribuir para a compreensão do que nos ocorre (BARREIRA, 1999).

É fundamental para os enfermeiros compreender e conhecer um pouco da história da Enfermagem no Brasil, história esta que caminha junto ao processo saúde-doença do país e paralelamente com todos os acontecimentos que ocorrem na história do país, e que de alguma forma acabam por influenciar as políticas de saúde.

O que se desvelou neste estudo é que hoje os rumos que a Enfermagem vem tomando em sua história se relacionam diretamente com as políticas de saúde que vêm sendo adotadas ao longo dos anos no país.

Com este estudo passei a perceber que a situação atual da Enfermagem se vincula diretamente com o seu passado histórico. Muitos acontecimentos relacionados às políticas de saúde ocorrem no país, e influenciaram a profissão e a classe de enfermeiros, que ora estiveram voltados para a atuação hospitalocêntrica, curativista, ora estiveram voltados para a saúde preventiva, ou seja, de saúde coletiva.

Essa flexibilidade da Enfermagem de se voltar mais fortemente para uma área e depois

para outra, acaba influenciando também a formação dos enfermeiros, e o que se percebe, até então, é que as universidades não vêm contrabalançando o tipo de ensino, ora elas se voltam muito para o ensino curativista, dentro dos hospitais, ora elas se voltam para a atenção preventiva. Contudo, como mencionado na unidade anterior, felizmente esse quadro tende a mudar, pois estão atualmente sendo propostas reformas nos currículos das Universidades.

Outro fator de grande significado e de grande relevância foi a possibilidade de compreender também o porquê da classe de enfermeiros sofrer com tantos preconceitos, baixos salários e principalmente com a falta de reconhecimento.

A Enfermagem, desde sua concepção, é tida como uma profissão que deveria ser submetida à classe médica, praticada na maioria das vezes por pessoas que não se interessam em lutar por melhorias para a classe, pessoas que muitas vezes eram desqualificadas e despreparadas.

Sendo assim, os preconceitos, a falta de reconhecimento da população para com a profissão, os baixos salários, as grandes jornadas de trabalho, são resultados de um processo histórico e que se arrasta até os dias atuais.

Dessa forma, ao longo deste estudo, pude perceber como é importante conhecermos a história de nossas profissões. Depois de concluído esse trabalho, foi possível entender muitas questões que até então não eram compreendidas, a partir disso, cabe a nós profissionais lutar por melhorias.

Com todo o exposto, conclui-se que a Enfermagem é uma profissão que ainda tem muito a ser melhorada. Contudo, essas melhorias somente serão alcançadas quando nós, enfermeiros, nos comprometermos em lutar por progressos e reconhecimento para a classe. Para que isso ocorra, nós, profissionais de enfermagem, temos que nos capacitar cada vez mais e fazer com que a população nos reconheça como profissionais de grande importância na área da saúde e indis-

pensáveis na prestação de cuidados de saúde.

Nessa última etapa deste estudo, os meus pensamentos não parecem ter chegado ao fim, e aqui fica o meu compromisso de mergulhar em novos estudos neste vasto campo do conheci-

mento que é a saúde pública direcionada para a enfermagem.

A minha atividade de enfermeira, a ser desenvolvida na prática diária da saúde pública, terá uma nova dimensão para o meu cotidiano.

Referências

AMERICAN NURSE ASSOCIATION (ANA). Disponível em: <<http://nursingworld.org/MainMenuCategories/CertificationandAccreditation/>>. Acesso em: 18 mar. 2007.

ANTUNES, M. J. M.; EGRY, E. Y. **O Programa Saúde da Família e a reconstrução da atenção Básica no SUS:** a contribuição da Enfermagem Brasileira. Revista Brasileira Enfermagem. Brasília, v. 54, n. 1, p. 98-107, 2001.

BARREIRA, I. A. Memória e história para uma nova visão da Enfermagem no Brasil. **Revista Latino-Americana Enfermagem.** Ribeirão Preto, v. 7, n. 3, p.87-93, 1999,

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre legislação, Lei 8.080.** Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=1109>. Acesso em: 20 mar. 2007.

BRASIL. Secretária da Saúde. **Sobre Sistema Único de Saúde.** Disponível em <<http://www.saude.sp.gov.br/portal/24088259c89b06a70174d93a6c1ad6a4.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

BRUNNER; SUDDARTH. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica.** 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

COCCO, M. I. M.; MONTEIRO, M. S. A Associação Brasileira de Enfermagem e o desenvolvimento da Enfermagem no Brasil: um caminho em construção. **Revista Brasileira Enfermagem.** Brasília, v. 54, n. 2, p. 248-252, 2001.

DANTAS, T.C.C.; MELO, M. L. C. O trabalho do gerente em Unidade Básica de Saúde: possibilidades de uma prática. **Revista Brasileira Enfermagem.** Brasília, v. 54, n. 3, p. 494-499, 2001.

GALLEGUILLLOS, T. G. B.; OLIVEIRA, M. A. C. A instituição e o desenvolvimento da enfermagem no Brasil frente às políticas de saúde. **Revista Brasileira Enfermagem.** Brasília, v. 54, n. 3, p. 466-474, 2001.

GEOVANINI, T. Uma abordagem dialética da Enfermagem. In: GEOVANINI, T. et al. **História da enfermagem** versões e interpretações. Rio de Janeiro: Revinter, 2005, p. 3-48.

MACHADO, W. C. A. Reflexão sobre a prática profissional do enfermeiro. In: GEOVANINI, T. et al. **História da enfermagem versões e interpretações**. Rio de Janeiro: Revinter, p. 255-330, 2005.

MENDES, E. V. **Uma agenda para a saúde**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 57-98.

MOREIRA, A. Desmistificando a origem da Enfermagem Brasileira. In: GEOVANINI, T. et al. **História da enfermagem versões e interpretações**. Rio de Janeiro: Revinter, 2005, p. 61-116.

POTTER, P. A.; PERRY, A. G. **Fundamentos de enfermagem**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 1-5.

SANTOS, R.M. et al. A Enfermagem como objeto da história: uma reflexão sobre o tema. **Revista Brasileira Enfermagem**. Brasília, v. 54, n. 3, p. 638-644, 2001.

SCHOELLER, S. D. Processo de trabalho e organização trabalhista. In: GEOVANINI, T. et al. **História da enfermagem versões e interpretações**. Rio de Janeiro: Revinter, 2005, p. 131-244.

SHIMIZU, H. E.; SANTOS, E. R. Percepção de gerentes sobre a assistência coletiva. **Revista Brasileira Enfermagem**. Brasília, v. 55, n. 2, p.151- 156, 2002.